



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1002117-39.2016.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Busca e Apreensão Em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária**
 Requerente: **Santana S/A Credito Financiamentos e Investimentos**
 Requerido: **Danieli Cristina Luiz**

Juiz de Direito: **Dr. Marcelo Luiz Seixas Cabral**

Vistos.

SANTANA S/A CREDITO FINANCIAMENTOS E INVESTIMENTOS

propôs ação de busca e apreensão em alienação fiduciária em face de **DANIELI CRISTINA LUIZ**. Aduziu, em síntese, que através do contrato nº 612186359, concedeu à requerida "empréstimo" no montante de R\$ 5.500,00, oferecendo como garantia em alienação fiduciária o veículo objeto desses autos. Entretanto a mesma não cumpriu o avençado e se encontra inadimplente no valor de R\$ 1.409,52. Requereu a busca e apreensão do veículo descrito na petição inicial.

Encartados à inicial vieram os documentos de fls. 06/31.

Deferiu-se e cumpriu-se liminarmente a busca e apreensão (fl. 41).

A requerida, citada (fl.41), não apresentou defesa (fl. 42).

É o relatório.

Fundamento e deciso.

O feito prescinde de dilação probatória ou diligências, estando apto a julgamento, consoante artigo 355, inciso I, do Código de Processo Civil.

Trata-se de ação de busca e apreensão fundamentada nos artigos 1º e 3º do Decreto-lei 911/69.

Não envolvendo a lide quaisquer das hipóteses previstas no art. 345 do Código de Processo Civil, a revelia da requerida faz presumir a veracidade dos fatos alegados na inicial, i.e., que deixou de cumprir a obrigação contratual de efetuar o pagamento das prestações no vencimento, dando causa à resolução do contrato Além disso, os documentos acostados aos autos – notadamente o contrato de fls. 19/21 e a notificação extrajudicial de fls. 22/23 – dão suporte à pretensão do autor.

Portanto, as afirmações do autor estão comprovadas nos autos, e a ré, devidamente citada, quedou-se inerte, não havendo outro caminho do que suportar os efeitos da revelia.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

A procedência é, pois, de rigor.

Diante do exposto, **JULGO PROCEDENTE** a ação para declarar resolvido o contrato e consolidar nas mãos do autor o domínio e a posse plena e exclusiva do veículo, cuja apreensão torno definitiva.

Cumpra-se o disposto no art. 2º do Decreto Lei nº 911/69, oficiando-se ao DETRAN para informar que o requerente está autorizado a proceder à transferência do veículo a terceiros que ele indicar.

Condeno a requerida ao pagamento das despesas, custas do processo e honorários advocatícios que arbitro em 10% do valor da causa.

P.R.I.C. e ao arquivo, oportunamente.

MARCELO LUIZ SEIXAS CABRAL

Juiz de Direito
(assinado digitalmente)

São Carlos, 13 de maio de 2016.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**